

# O CARNAVAL DE RUA DO RECIFE E A MANIFESTAÇÃO DE ESPAÇOS VIVIDOS: UMA RELAÇÃO PARA ALÉM DOS TRÊS DIAS DE FOLIA (1920-1940)

Mário Ribeiro dos Santos  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Mestrando em História Social da Cultura Regional

## Resumo

Recentemente, a historiografia tem se preocupado com a descoberta de “outras histórias”, que surgem para favorecer os estudos que contemplam a abordagem da festa, em especial o carnaval. A expansão dos estudos sobre esta temática na história localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a ciência nos últimos tempos, fruto da crise dos paradigmas tradicionais sobre a sua escrita. Nesse sentido, este trabalho discutirá a importância de se compreender o Carnaval de rua do Recife, como patrimônio cultural, perpassando pelas memórias como meio de construção histórica. Entretanto, vislumbramos apresentar um outro olhar sobre essa festa, que contribuirá para a recomposição de práticas cotidianas, a recuperação de personagens, remontagem de cenários e cuidadosamente descobrir o inesperado, não no sentido de apontar o excepcional, mas de trazer à tona o que até então estava submerso.

**Palavras-chave:** carnaval, cotidiano, memória

---

Iniciamos este artigo com um questionamento que norteará seu andamento: podemos conhecer, através do estudo do carnaval, a História do Recife?

Se partirmos do pressuposto de que o Carnaval é uma celebração que se relaciona com o espaço vivido, a resposta para tal pergunta é positiva, na medida em que durante a sua organização, envolve de forma ativa toda uma coletividade que participa, com maior ou menor expressão, afirmando ações, legitimando práticas, contendo as paixões, os conflitos, as crenças e as esperanças de seus próprios agentes sociais. Para a historiadora Martha Abreu, “é o momento através do qual podemos conhecer melhor a coletividade e a época em que aconteceram”.

A cidade do Recife, mais precisamente os bairros centrais, durante o período em análise, encontra-se em processo de transformação, ou melhor, de remodelação urbanística, caracterizada pela política do interventor Agamenon Magalhães.

Um período na História Social e Política de Pernambuco que se caracteriza, segundo Maria das Graças de Ataíde Almeida, pelo controle do espaço pelo Estado. Assim, como uma de suas primeiras medidas:

[...]o interventor formulou um plano de remodelação da cidade, segundo o qual a miséria – em todas as suas nuances – deveria ser estirpada, porque por ela se expressava o retrato da feiúra do Recife. A proposta de modernização concentrava-se na idéia de sanear, higienizar e embelezar a cidade. A autora continua dizendo que, entre outras idéias do projeto, estavam a de varrer da cidade os becos e os sobrados antigos do centro, criando novas ruas e avenidas.

Essa expansão da alteração física da cidade reflete no deslocamento de alguns brincantes e sedes de agremiações carnavalescas para as áreas periféricas do Recife. O bairro de São José, reduto de numerosos grupos culturais, entre os quais, os Clubes de Frevo *Vassourinhas*, *Bola de Ouro*, *Rebeldes Imperiais*, *Clube das Pás*; as Troças *Prato Misterioso*, *Quitadeiras de São José*; o *Bloco Batutas de São José*; a *Escola de Samba Estudantes de São José*; e o *Grupo de Samba Saberé*, tem parte de sua paisagem destruída nesse processo de transformação.

O estudo da documentação do Bloco Batutas de São José revela a distribuição das residências dos seus integrantes, entre as principais ruas, becos e pátios do bairro. São elas: as Ruas São João, da Concórdia, de Santa Rita, Imperial, o Beco do Sirigado, o Pátio do Terço, o Pátio de São Pedro e a Travessa estreita do Rosário. Transportando-nos para essa realidade, identificamos a tessitura de uma vasta rede transparente, solidamente costurada, que se estende por toda a extensão da localidade. Movimentos de entra e sai nas casas dos associados e nas sedes; o troca-troca de materiais; as longas jornadas de trabalho para confecção das fantasias; os ensaios; a montagem dos repertórios; a colagem dos adornos, enfim práticas cotidianas que transformam essas paisagens em espaços vivos, tangíveis e simbólicos, constituídos pelos diferentes sujeitos históricos e, por isso, repletos de significados e representações. Diante desse cenário de transformações urbanísticas configurado, de expansão da cidade nova, onde os mais pobres não têm acesso, o espaço vivido pelos carnavalescos e suas agremiações encontra-se em processo de intensas modificações provocadas pelo forte impacto da modernidade. Os mocambos existentes na área central e suas

proximidades são vistos como moradias de degradação social, sujeita ao contágio físico e espiritual. Verdadeiras imagens africanizadas que permeiam a capital e que precisam ser eliminadas. Nesse sentido, como estratégia de “empurrar para a periferia os grupos marginalizados, a Interventoria cria as chamadas Vilas Populares nos subúrbios da cidade, através da Liga Social contra os Mocambos, para acomodar essa parcela da população alijada do ideário moderno”.

Assim, considerando o Carnaval como um espaço de produção de memória e de identidade, o período de atuação do interventor Agamenon Magalhães na cidade contribuiu para a construção de um ideário caracterizado pela implementação e controle de novos hábitos e costumes. Reorganizar essa festa de rua do Recife reflete o desejo do Estado e da elite, particularmente, que considera como uma manifestação de caráter provinciano, carente de mudanças compatíveis com o novo modelo de sociedade que surge.

A historiadora Maria das Graças Ataíde, ao fazer uma análise das práticas de lazer do período, destaca que a elite e o Estado,

[...] consideravam o frevo e o maracatu como “arte inferior”, e que necessitava entrar no processo civilizador. O jazz foi eleito em detrimento do frevo, indicado como o ritmo adequado aos clubes sofisticados da cidade. O frevo, por sua vez, passou a ser considerado a alma mestiça do povo. Neste período, Carnaval de rua representava a “gentalha” endoidecida a brincar, tendo como contraponto uma elite que se trajava a rigor e dançava “civilizadamente”, sob um ritmo nobre e moderno, nos bailes de Carnaval no Clube Internacional do Recife, este tido como referência do Carnaval das elites da época.

No entanto, no interior da nova ordem do Estado, estendida à cultura e aos momentos de lazer, a festa não deve representar uma oportunidade de desregramento das “boas maneiras”. O desfile das agremiações, por exemplo, deve assumir um novo formato, sob pena de punição policial, diferentemente dos primeiros anos da década de 1930, quando os grupos viviam em ambiente de rivalidade, hostilizando-se.

Segundo consta no Anuário do Carnaval Pernambucano:

[...] o encontro de dois clubes carnavalescos era sinal de derramamento de sangue. Vitorioso, era o clube que deixava nas ruas o maior número de feridos e de mortos. Os compositores faziam músicas especiais para o momento do encontro, conhecidas como abafadoras, não só para superar a orquestra do grupo adversário, como para excitar à luta os próprios partidários.

Ainda no Anuário, outra matéria denomina o carnaval de rua do Recife como:

[...] uma festa negra. Um espetáculo meio violento, de uma gente suada a pular como diabos soltos no meio da rua. O frevo é a grande alma musical desse carnaval. É uma explosão da alma africana, recalcada, oprimida, devastada

mesmo, por séculos e séculos de submissão cruel ao trabalho forçado. É toda uma velha aspiração, todo um grande sonho de ser livre que não quer acabar. Toda uma bela ilusão do homem subjugado e que não quer despertar.

Assim, como estratégia para a manutenção da ordem na festa e com o objetivo de propagar formas de reeducação doutrinária da massa, um grupo de intelectuais, liderado pelo jornalista Mário Melo; o empresário da Companhia Inglesa de Eletricidade e Transportes Tramways – Joseph Fish; alguns comerciantes e outras pessoas com interferência na vida político-social da cidade criam a Federação Carnavalesca de Pernambuco (FECAPE), no dia 3 de janeiro de 1935. A idéia da iniciativa é propagar uma série de discursos homogêneos, provocadores de efeitos de sentido na grande massa de carnavalescos, levando-os a filiarem-se à entidade. A socióloga Rita de Cássia Araújo, ao abordar sobre a dimensão histórico-social da referida instituição, resume, em linhas gerais, as principais preocupações da FECAPE, dentre as quais destaca: a “tolerância, a repressão e a proibição que se alternavam com incentivos, propostas de substituição, domesticação e invariavelmente manipulação simbólica do significado das mesmas”.

Assim, entre as medidas estabelecidas, em estatuto, pela FECAPE, estão:

[...] procurar manter a harmonia entre os clubes filiados; distribuir auxílios eqüitativos, cada ano, aos clubes que tomarem parte do carnaval; desenvolver o turismo; dar prêmios aos clubes carnavalescos que de modo mais digno se apresentem (entendemos como mais dignos aqueles que se aproximassem mais do modelo dos clubes de alegorias e críticas, protagonizados pela elite recifense, com muita pompa); moldar o carnaval no sentido do tradicionalismo histórico, fazendo reviver costumes nossos, tipos da nossa história, fatos que nos educam; entre tantas outras cláusulas com medidas de caráter disciplinador.

Nesse contexto de orientações e controle, a FECAPE, em parceria com o Estado, apresenta um conjunto de fantasias “recomendado” para circular pelas ruas da cidade durante os dias de folia. Nos jornais e revistas de grande circulação, desenhos de fantasias com temáticas relacionadas aos produtos naturais da terra (caju, cana, café, algodão, banana, goiaba, tabaco etc, cuja exportação estava em baixa) e personagens patrióticos da História do Recife, reforçam o caráter pedagógico da festa e o propósito de “transmitir bons costumes”, principalmente para “os blocos de gente humilde” que invadem as ruas nesse período do ano.

Esse controle se estende também para a organização espacial da festa. Os livros de petição da Secretaria de Segurança Pública revelam entre os anos 1920-1930, cerca de 20 pedidos para montagem de barracas de prendas nos três dias de carnaval. Com o propósito de realizar jogos diversos e comercializar artigos carnavalescos

(lança-perfumes, fantasias), essas barracas concentram em seu entorno um considerável número de foliões que dividem suas atenções entre uma agremiação e outra que desfila na rua, como, também, a tentativa de arriscar a sorte apostando nesses divertimentos.

Assim, compreendidas como manifestação do espaço vivido, as barracas, em geral, concentram-se em pontos da cidade que reúnem o maior número de pessoas, como as praças Joaquim Nabuco (bairro de Santo Antônio), Pátio do Terço (bairro de São José) e a praça Maciel Pinheiro (Boa Vista). Cenários movimentados, que englobam desde a montagem das barracas, a decoração do espaço e seu entorno, as falações da clientela, os gritos, as angústias, enfim, diferentes sensações que misturadas às músicas das rádios e das orquestras, e ao colorido das fantasias que por aí circulam, tornam o ambiente ainda mais efervescente.

Nas páginas dos periódicos, normas e condutas são impostas cotidianamente à população. As manchetes dos jornais revelavam-se como construtoras de uma imagem negativa do carnaval de rua: palavras como desordem, confusão, violência, entre outras, aparecem repetidamente nas notas e reportagens sobre a temática. Nas revistas, nos espaços reservados para anúncios de eventos (os bailes de máscaras, nos salões dos teatros e hotéis da cidade, por exemplo) são freqüentes as expressões de “ordem”, “comedidas expansões”, “requinte”, no sentido de reforçar para a sociedade que no acontecimento divulgado terá lugar a ordem em detrimento da desordem, do comedido contra a falta de limites.

Para as agremiações que encontram nas ruas o lugar de diversão, a Secretaria de Segurança Pública declara oficialmente, na imprensa, medidas disciplinadoras da festa, tais como:

[...]a) qualquer conjunto carnavalesco não licenciado pela polícia se exhibir; b) o emprego de líquidos ou pós; c) o uso do símbolo da Cruz Vermelha ou de qualquer instituição pública e da bandeira nacional de qualquer país; d) a execução do hino nacional de qualquer país; e) o ultraje a qualquer crença religiosa e seus símbolos; f) a canção ofensiva ou mesmo alusiva às autoridades e às corporações militares e religiosas; g) o encontro de quaisquer conjuntos carnavalescos. A portaria continua, desta vez com destaque para o artigo III: para a realização de quaisquer bailes carnavalescos ficará subordinado ao prévio licenciamento desta Secretaria mediante o preenchimento das formalidades legais, salvo nas sedes de clubes já licenciados no corrente ano; artigo IV: cumpre às autoridades encarregadas do policiamento de: a) revistar a saída das sedes, e em qualquer ponto do trajeto os componentes dos conjuntos carnavalescos apreendendo as armas que forem encontradas e detendo os seus portadores; b) cassar *incontinenti*, a licença de qualquer conjunto carnavalesco que tente perturbar a ordem pública, detendo os responsáveis; c) deter e apresentar ao delegado de plantão nesta Secretaria, as pessoas que transgredirem as presentes instruções bem como as que provocarem tumultos

desrespeitarem as famílias, estiverem indecentemente vestidas, alcoolizadas ou aspirando éter.

Essa realidade materializa-se numa prática violenta que marca toda uma geração de carnavalescos. Entretanto, essas medidas não impedem que os grupos mantenham suas práticas culturais, pelo contrário, eles criam e recriam mecanismos para burlar a ordem, minar o sistema e implantar uma nova temporalidade. Segundo Michel de Certeau, “uma criatividade que se esconde num emaranhado de astúcias silenciosas e sutis, eficazes, pelas quais cada um inventa para si mesmo uma maneira própria de caminhar pela floresta dos produtos impostos.” Diante dessa perspectiva, muitos são os grupos que desfilam sem autorizações ou com o documento de liberação forjado; percorrem um outro trajeto, em horário diferente do determinado pela polícia; ou mudam o endereço das sedes com frequência. Percebemos, dessa maneira, como o conceito de “poder”, segundo Michel Foucault, se enquadra nessa situação. Para o autor, “o poder não constitui uma propriedade ou coisa natural, mas algo que envolve formas distintas, relações heterogêneas, em contínuo deslocamento. Ele está em toda a parte, não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares”.

Assim, ao seguirmos o raciocínio anterior, passamos a perceber, entre outros aspectos, as relações de poder existentes no interior das sedes das agremiações carnavalescas. Espaços onde a disciplina procede primeiramente, onde os lugares são determinados, o tempo é otimizado, visando à produção, à perfeição, o desenvolvimento de habilidades e à manutenção do controle. Aqui, os indivíduos são distribuídos de acordo com a produção e as diversas formas de atividades desenvolvidas em seus postos: desenhistas, marceneiros, ferreiros, eletricitas, costureiras, bordadeiras, aderecistas, músicos. A atuação da diretoria se estende da produção material da agremiação; de seus objetos; vestimentas; instrumentos; passando pela definição do papel ou do lugar de cada participante em sua execução e consumo (distribuição das alas, quem são os destaques, quem vem na frente, quem vem atrás) até a articulação de táticas e estratégias para preservação de suas práticas, a ponto de interferir na própria estrutura organizacional, funcional e por que não, simbólica da festa.

Nessa rede transgressora da ordem, novos espaços de circulação são instituídos. A rua passa a ser o domínio territorial dos caboclinhos, dos afoxés, dos maracatus, dos bois, das troças e dos clubes. É o “lugar praticado”. Os becos, as esquinas, os pátios, as

avenidas e as praças constituem espaços de circulação, cujos itinerários são fortemente definidos e conquistados.

Diante dessa dinâmica de encontros e descobertas, revelamos outra história do Carnaval de rua do Recife - território do entrelaçamento entre o sagrado e o profano; de mistura entre a realidade e a representação da realidade. Festa que por mais controlada e manipulada que possa parecer, é sempre um ato coletivo por excelência, produtora de identidades, que se traduzem nos traços marcantes de elementos que constituem um país historicamente marcado pela confluência e o encontro de grupos humanos culturalmente diversos.